DIÁRIO de bordo

Seattle é aqui



ROBERTO RODRIGUES*

A proxima-se a nova rodada de negociações sobre a liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas na OMC. O pontapé inicial dessa Rodada do Milênio será dado no fim de novembro, em uma reunião ministerial em Seattle, nos EUA.

Três anos após a assinatura do Acordo Agrícola da Rodada Uruguai do Gatt deviam reiniciar-se negociações sobre pontos principais definidos na Rodada: acesso a mercados, medidas de apoio interno e estímulos à exportação. Se a Rodada não teve resultados formidáveis na redução do protecionismo agrícola dos países ricos, o Acordo ao menos foi uma plataforma básica para futuros entendimentos.

Pela primeira vez o Brasil tem uma proposta consistente. O setor privado se organizou através do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais criado por Abag, CNA e OCB, funcionando em Brasília na sede da CNA. Ouvidas as cadeias produtivas, o Fórum já definiu a posição do Brasil quanto aos três temas, quanto às especificidades das cadeias e quanto à multifuncionalidade da agricultura, produtos geneticamente modificados (no item segurança alimentar, que inclui os conceitos de rastreabilidade e certificação), cláusula social e questão ambiental, entre outros.

O setor privado está articulado com o governo através do Ministério da Agricultura, da Camex e do Itamaraty. O ministro Pratini de Moraes conhece muito bem o assunto e estuda a possibilidade de se criar o Comitê do Milênio proposto pela Abag, integrado por representantes do setor privado, do governo e da academia e com um braço no Parlamento.

O comitê terá a função de assessorar permanentemente os negociadores brasileiros do Itamaraty nas reuniões de Genebra, que se sucederão a Seattle a partir do ano que vem. A presença da academia é fundamental para que as posições brasileiras sejam bem estruturadas tecnicamente. Será uma batalha duríssima, com possível recrudescimento do protecionismo, na contramão do que interessa aos brasileiros.

A retomada protecionista está ligada ao problema da exclusão social – inclusive desemprego –, irmã gêmea da concentração em todos os setores da economia e ambas filhas da globalização. A exclusão tem sido dura na agricultura, atividade em que pequenos produtores do mundo todo precisam de subsídios às vezes elevados para sobreviver.

Os países ligados à OCDE gastaram US$360 bilhões em subsídios diretos e indiretos a seus agricultores em 1998 – quase US$1 bilhão por dia. E o Brasil subsidia apenas o Pronaf, o Procera e pequena parcela do crédito rural. Ainda neste ano os parlamentares norte-americanos, diante da queda de preços das principais commodities e da seca que afetou a produtividade de algumas regiões, votaram subsídios adicionais de US$7,4 bilhões para garantir a renda dos produtores de soja e milho. Só o adicional é igual a todo o crédito de custeio oficial para os agricultores brasileiros. É um complicador que pode persistir.

Cerca de quatro grupos de países com interesses conflitantes estarão se defrontando na Rodada do Milênio. Os protecionistas (representados pela União Européia, os 10 países da Europa Central e do Leste que estão na fila para entrar na UE mais alguns asiáticos como Japão e Coréia), os que pregam liberalização (como os EUA, que pregam mas não praticam), os ultraprotecionistas (países pobres da África e da Ásia que precisam de subsídios dos países ricos para comprar comida barata) e os verdadeiros liberalizantes representados pelo Grupo de Cairns, do qual fazem parte o Brasil e países importantes como Austrália, Argentina, Nova Zelândia, Canadá e Colômbia.

Em recente Congresso da Agricultura Européia, realizado em Verona, Itália, os agricultores do velho continente propuseram lutar pela manutenção do protecionismo: não admitem a extinção da cláusula da paz (que quase anula eventuais reduções de subsídio dos países ricos); insistem nas caixas verde e azul, que podem distorcer os preços de mercado; na proteção a consumidores, defendendo a segurança do alimento; não admitem a redução de crédito às exportações e repetem os argumentos "não comerciais" da multifuncionalidade, saúde humana e animal.

O *chairman* do capítulo agrícola da OMC, embaixador colombiano Nestor Osorio, chegou a observar nesse Congresso que a Rodada do Milênio visa discutir liberações do comércio e não assuntos não comerciais. Defendeu a tese de que toda atividade pode ser considerada multifuncional e não apenas a agricultura. Mas seu discurso não foi aceito.

Embora estejamos muito mais bem preparados do que em outras ocasiões como Gatt e Mercosul, precisamos de muita objetividade e firmeza em nossas posições. É claro que temos que insistir na necessidade de ampliar acesso a mercados, com redução dos picos e da escalada tarifários entre outros pontos. Mas independentemente das tecnicalidades temos que marcar uma linha de atuação que até permita os subsídios dos países ricos quando tiverem caráter social. Em hipótese alguma contudo tais subsídios podem representar a geração de excedentes exportáveis como agora.

É uma tese defensável, tanto do ponto de vista político quanto técnico. Precisamos de aliados para defendê-la junto aos países do Mercosul ou ao Grupo de Cairns. Do contrário ficaremos isolados na grande batalha. E já há quem afirme que, na hora do "vamos ver", europeus e norte-americanos se aliarão em defesa do protecionismo, contrariando os interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

* *Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional – ACI e da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag*